

PROGRAMA ECOA FORMAÇÃO: AÇÕES COLABORATIVAS EM PERÍODO PÓS-PANDÊMICO

Sandra Lúcia Ferreira – Universidade
Cidade de São Paulo (UNICID); Brasil;
07sandraferreira@gmail.com

Solange Feitoza – Centro de Estudos e
Pesquisas em Educação, Cultura e Ação
Comunitária (CENPEC); Brasil;
solange.feitoza@cenpec.org.br

Introdução: Vivemos um longo período disruptivo na educação em função do isolamento social provocado pelo Coronavírus. Em que pesem os esforços dos educadores, das famílias, dos gestores e da sociedade organizada para garantir o vínculo das crianças e adolescentes com suas escolas e a permanência dos alunos no sistema escolar, a pandemia veio agudizar as nossas históricas desigualdades sociais. No Brasil, tivemos em 2020 um contingente aproximado de 5 milhões de estudantes excluídos ou à margem do sistema escolar, sendo que, dentre esses, os negros e os indígenas tiveram maior incidência (IBGE, PnadC, 2020). Na perspectiva de analisar seus efeitos na educação mundial e na nacional, uma série de estudos foram produzidos entre o início da pandemia e o primeiro semestre de 2022. A síntese é que nenhum país deixou de ser atingido, mas o impacto foi variado nas diferentes regiões do mundo e no interior dos países. Mesmo em lugares com sistemas escolares eficazes, conectividade e acesso a recursos tecnológicos praticamente universais, efeitos no desenvolvimento foram significativos, especialmente para populações historicamente vulneráveis. (MCKINSEY, 2022, p. 7). Por outro lado, observou-se uma mobilização de segmentos internos e externos ao sistema escolar, em torno da garantia do direito à educação. Diferentes estudos – Johnson *et al* (2020), Pereira (2022), Carvalho *et al* (2021), Cheron & Anselmo Guilherme (2020), Santos & Oliveira (2021), Melo *et al* (2022) entre outros – destacam ações afetivas por parte dos professores, como a solidariedade, a empatia, a união, a consciência social, a resiliência, a incorporação no currículo escolar de temas relacionados aos cuidados com a saúde, a higiene e a obediência às regras sanitárias. Em relação aos gestores destacamos o reconhecimento da importância das ações de liderança exercidas, seja aquela em âmbito da escola, ou aquela exercida por meio dos órgãos centrais – Secretarias Municipais de Educação. Nesse contexto, o cumprimento dos princípios da “igualdade de condições

para o acesso e permanência na escola e da garantia de padrão de qualidade” – dispostos na Constituição de 1988 – precisam, com urgência, serem reafirmados. Para tanto, as políticas sociais (educação, saúde, assistência social e cultura) devem estar articuladas para garantir condições de acesso e permanência aos alunos e condições dignas de trabalho aos educadores. Tais ideias se convertem numa perspectiva de ação pautada nos contributos de uma Educação Social (DÍAZ, 2006) que representa uma concepção transformadora e, ao mesmo tempo, emancipatória, levando em consideração a educação como direito humano e as especificidades das relações horizontalizadas, como pressupostos essenciais de uma experiência educadora. Nesse conjunto de ideias, as intervenções práticas configuram-se a partir de uma perspectiva interdisciplinar de compreensão dos fenômenos vividos que, como pressuposto, se caracterizam pelo atendimento às necessidades individuais dos beneficiários (educadores e educandos), bem como pela *ação colaborativa* de diferentes agentes sociais – a iniciativa privada, a família, as Universidades, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), as Secretarias Municipais de Educação(SMEs), dentre outras – contribuindo para o encaminhamento de soluções de problemas de caráter coletivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que tal perspectiva se pauta pela valorização de processos de reflexão e ações, produzidas e vividas nos ambientes escolares e das SMEs, capazes de contribuir para o enfrentamento das lutas e dilemas sociais anteriormente explicitados. Nessa perspectiva, apresentamos como proposta inovadora, o *Programa Ecoa Formação*, uma iniciativa financiada com recursos de um instituto privado, sem fins lucrativos e implementada em três municípios: São Luiz do Maranhão (MA); Poços de Caldas(MG) e Juruti (PA), tendo uma OSC como coordenador técnico - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) – em parceria com a Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) por meio de seus Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Formação de Gestores Educacionais (PPGP-Ge). O objetivo foi desenvolver uma proposta de trabalho colaborativo, por doze meses, envolvendo: a) formação continuada para profissionais da educação; b) assessoria técnica; c) produção e disseminação de conteúdos de cunho científico; d) desenvolvimento de tecnologia educacional. À vista disso, o que segue é o delineamento das bases que sustentam o *Programa Ecoa Formação* apresentado por meio de uma metodologia de análise documental.

Metodologia - Desde o final do século XX tem-se observado o aumento de investimento

em ações de formação docente continuada, como estratégia prioritária associada a diversas políticas públicas voltadas para a democratização do ensino e para a melhoria da qualidade da educação. Tal investimento tem gerado debate acerca de modelos formativos mais efetivos, considerando-se sua real contribuição para o desenvolvimento e a competência profissional, a melhoria do trabalho escolar e seu reflexo na qualidade de ensino. No trabalho de formação continuada desenvolvido no Programa Ecoa há um aspecto que verticaliza todas as suas iniciativas: a articulação entre o conhecimento teórico e o conhecimento tácito, advindo da experiência concreta, por meio do trabalho de investigação, de autorreflexão e de reflexão coletiva dos professores sobre as práticas de ensino. A este respeito, chama-se atenção para que as Universidades, avancem e reconheçam o trabalho e a produção dos docentes, como parte do capital de conhecimento construído na área da Educação, e que os sujeitos e instituições que atuam junto às políticas públicas, compreendam a importância da pesquisa científica para a atuação e desenvolvimento profissional dos educadores, em que pese a carência de condições objetivas para que isso ocorra. Nesse sentido, o trabalho nos encontros formativos fomentam a discussão de referenciais teóricos articulados à prática. Tal movimento permite aos educadores olhar e refletir sobre a prática, na perspectiva de qualificá-la, de entendê-la e operar mudanças na escola. O Programa tem como premissa o enfrentamento das desigualdades educacionais, à vista disso, o uso de evidências - acesso, conhecimento e análise de dados - para pautar as intervenções pedagógicas e a organização e funcionamento dos sistemas de ensino.

Considerações finais – Finalizamos afirmando que nunca foi tão necessário problematizar nossas escolas e buscar ressignificação de práticas cotidianas fomentando a cooperação para o encaminhamento de ações que envolvam a criatividade, a inovação e o potencial reflexivo humano como vetores de transformação. Assim sendo, perante a deflagração da crise estrutural da educação se faz necessária a proposição de meios para enfrentá-la. Preocupados em contribuir com encaminhamentos para esse momento pós pandêmico, na perspectiva de uma parceria entre a iniciativa privada, Universidade, OSC, Secretarias Municipais de Educação (SME) e Escolas, reafirmamos a necessidade da perspectiva interdisciplinar que se reafirma como urgente para o encaminhamento da vida pós período pandêmico, o que exigirá um entendimento ampliado da realidade, considerando sua complexidade que, ao mesmo tempo, denunciando a exclusão

econômica e social mais evidentes no modelo de produção capitalista mas, também, aponta para o atendimento das novas questões da contemporaneidade que proclamam com veemência os direitos fundamentais das crianças, dos jovens e dos profissionais da educação, ou seja, garantir que todos possam adquirir conhecimentos como requisito para formação humana, participação social e cidadania.

Referências.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, Brasília-DF

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Básica 2021: Notas Estatísticas**. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília-DF: INEP/MEC, 2022a.

CARVALHO, Floraci Mariano de; FARIAS, André Leite de; BRITO, Renato de Oliveira. Formação continuada durante a pandemia de Covid-19: desafios e perspectivas de professores para a educação pós-pandemia. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v.10, n.6, 2021.

CHERON, Cibele; ANSELMO GUILHERME, Alexandre. Aprender, cooperar, ensinar e continuar aprendendo: Reinventar o fazer docente. **Educação Por Escrito**, v.11, n.2, p.e39400, 23 dez. 2020.

DÍAZ, Andres Soriano. Uma aproximação a Pedagogia – Educação Social. **Revista Lusofona de Educação**. v.7, n.7, p.91-104, 2006.

JOHNSON, M. C., SALETTI-CUESTA, L., & TUMAS, N. Emociones, preocupaciones y reflexiones frente a la pandemia del COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(Suppl. 1), 2447-2456. Epub June 05, 2020.

MCKINSEY. **How COVID-19 caused a global learning crisis**. Abr. 2022. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/industries/education/our-insights/how-covid-19-caused-a-global-learning-crisis>> Acesso em: 02 ago. 2022.

PEREIRA, Ana Carolina Reis. Os desafios do uso da tecnologia digital na educação em tempos de pandemia. **ETD - Educação Temática Digital**, v.24, n.1, p.187–205, 2022.

SANTOS, Jairo Campos dos; OLIVEIRA, Luiza Alves de. Percepções sobre as ações das redes públicas de ensino durante a pandemia. **Educ. Form.**, v.6, n.3, 2021.

ONU. **Mundo ainda tem 635 milhões de estudantes afetados por escolas fechadas devido à Covid-19**, 24 jan. 2022.